

Imigração brasileira na Europa

Memória, herança, transformação

Organização: Katia de Abreu Chulata

IL SEGNO E LE LETTERE

*Collana del Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne
dell'Università degli Studi 'G. d'Annunzio'*

DIREZIONE

Mariaconcetta Costantini

COMITATO SCIENTIFICO

Università 'G. d'Annunzio' di Chieti-Pescara

Brigitte Battel - Claudia Casadio - Mariaconcetta Costantini

Mariapia D'Angelo - Persida Lazarević - Maria Rita Leto

Lorella Martinelli - Carlo Martinez - Ugo Perolino

Marcial Rubio Áquez - Anita Trivelli

Atenei esteri

Antonio Azaustre (*Universidad de Santiago de Compostela*)

Claudia Capancioni (*Bishop Grosseteste University, Lincoln*)

Dominique Maingueneau (*Université Sorbonne*)

Snežana Milinković (*University of Belgrade*)

COMITATO EDITORIALE

Mariaconcetta Costantini - Barbara Delli Castelli

Elvira Diana - Luca Stirpe

I volumi pubblicati nella Collana sono stati sottoposti a doppio referaggio anonimo.

ISSN 2283-7140
ISBN 978-88-7916-970-7

Copyright © 2021

LED Edizioni Universitarie di Lettere Economia Diritto

Via Cervignano 4 - 20137 Milano

www.lededizioni.com - www.ledonline.it - E-mail: led@lededizioni.com

I diritti di riproduzione, memorizzazione e archiviazione elettronica, pubblicazione con qualsiasi mezzo analogico o digitale (comprese le copie fotostatiche, i supporti digitali e l'inserimento in banche dati) e i diritti di traduzione e di adattamento totale o parziale sono riservati per tutti i paesi.

Le fotocopie per uso personale del lettore possono essere effettuate nei limiti del 15% di ciascun volume/fascicolo di periodico dietro pagamento alla SIAE del compenso previsto dall'art. 68, commi 4 e 5, della legge 22 aprile 1941 n. 633.

Le riproduzioni effettuate per finalità di carattere professionale, economico o commerciale o comunque per uso diverso da quello personale possono essere effettuate a seguito di specifica autorizzazione rilasciata da: AIDRO, Corso di Porta Romana n. 108 - 20122 Milano

E-mail segreteria@aidro.org <mailto:segreteria@aidro.org>

sito web www.aidro.org <http://www.aidro.org/>

Volume pubblicato con il contributo
dell'Università degli Studi 'G. d'Annunzio' di Chieti-Pescara
Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne

In copertina

Collage digitale dell'artista Agnese Purgatorio
della serie *Perhaps You Can Write To Me*, 2009
Courtesy Podbielski Contemporary

Videoimpaginazione: Paola Mignanego

Stampa: Logo

SUMÁRIO

In limine <i>Carlo Consani</i>	7
Da memória à transformação linguística. Heranças teóricas e linguísticas nos estudos sobre a imigração brasileira na Europa <i>Katia de Abreu Chulata</i>	11
Imigração Brasileira: empréstimos brasileiros ao português europeu. Memória, herança, transformação <i>Ana Bela Pereira Loureiro</i>	25
Reflexões sobre o ensino da variação linguística. O português para alunos brasileiros em Portugal <i>Audria Albuquerque Leal - Noémia Jorge</i>	41
Sujeitos entre-línguas em contextos de imigração. Questões de memória e herança linguística <i>Beatriz Maria Eckert-Hoff</i>	61
Uma opção didática funcionalista para o ensino do francês em contexto brasileiro <i>Fernanda Cristine Guimarães - Vânia Cristina Casseb-Galvão</i>	73
Metodologias ativas em PLE. Gamificação da série brasileira “3%” <i>Filipa Matos</i>	95
Lineamenti genetici della poesia italoфона di origine brasiliana contemporanea <i>Alessandra Mattei</i>	109
O Estatuto do Estudante Internacional. Incentivo ou barreira para os estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal? <i>Katielle Silva - Jorge Malheiros</i>	125

Toponímia maranhense: diversidade cultural e linguística <i>Maria Célia Dias de Castro - Gisélia Brito dos Santos</i>	145
Lições do Rio Grande: concepções acerca da gramática <i>Graciele Turchetti de Oliveira Denardi - Lucas Martins Flores</i>	167
“Procuo minha mãe”: o fenômeno da adoção brasileira em Itália. Aspetos sócio-linguísticos <i>Mariagrazia Russo</i>	181
Figuração de personagens femininas em <i>Mamma, son tanto felice</i> <i>Helena Bonito Couto Pereira</i>	191
Sobre pessoas e lugares: as mulheres viajantes de Marina Colasanti <i>Kelio Junior Santana Borges - Giorgio De Marchis</i>	205
Uma anastomose entre os conceitos de autobiográfico e literatura diáspora. O exílio de Caetano Veloso na autobiografia <i>Verdade Tropical</i> <i>Tiago Ramos e Mattos</i>	223
Migração Brasil/Portugal: os brasileiros descobrem Portugal <i>Maria Irene da Fonseca e Sá</i>	241
Escrita traumática em Primo Levi. Experiência, testemunho e representação <i>Romilton Batista de Oliveira - António Bento</i>	257
Olhar inquisidor: a religião do brasileiro em romances portugueses do século XXI <i>Paulo Ricardo Kralik Angelini</i>	275
Noutro Porto 2: a religião como culto artístico <i>Ana Cristina Saladrigas - Elizângela Gonçalves Pinheiro</i>	293
Pertencimento, classe e gênero em narrativas de imigrantes brasileiros/as na Alemanha e em Portugal <i>Glauco Vaz Feijó</i>	313
Autores	331

O ESTATUTO DO ESTUDANTE INTERNACIONAL

Incentivo ou barreira para os estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal?

Katielle Silva - Jorge Malheiros

DOI: <https://dx.doi.org/10.7359/969-2021-sima>

ABSTRACT

Currently, Brazilians form the largest group of foreign students in Portuguese Higher Education. A result of the Brazilian strategy of internationalization of students through the Science Without Borders Program, their presence is also evidence of the Portuguese need to attract international students due to the decrease in enrollment in the context of the economic and demographic crisis. While attracting foreign students (Brazilians and others), however, the Portuguese government decided to regulate the conditions of access and remain of those students in national institutions, resulting in the Statute of the International Student (EEI) (Decree Law 36/2014). The aim of this chapter is to problematize the EEI, seeking to identify strategies and challenges experienced by Brazilian students in Portugal, and to confront the results with the conception of managers of higher education institutions. These objectives are pursued through an analysis of EEI and interviews conducted with Brazilian students and managers from different institutions, which are examined in the theoretical framework on international student migration.

Keywords: Brazilian students; higher education; institution in Portugal; international migration; International Student Statute.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os brasileiros formam o maior grupo de estudantes estrangeiros no ensino superior português. Do lado do Brasil, a estratégia de internacionalização da formação universitária, de que o Programa Ciência Sem

Fronteira é o exemplo paradigmático, e do lado português a necessidade de atrair estudantes internacionais num quadro de decréscimo de matrículas no contexto da crise econômica e demográfica, tornaram Portugal um dos principais destinos dos estudantes brasileiros, processo facilitado pela proximidade linguística.

Perante esta valorização da atração de estudantes estrangeiros – brasileiros e outros – ao ensino superior português, o governo do país decidiu regular as condições de acesso e permanência daqueles estudantes nas instituições nacionais, resultando isto no Estatuto do Estudante Internacional (EEI) (Decreto Lei n.º 36/2014)¹. Este Estatuto, garante um quadro legal de direitos aos estudantes internacionais, assegura aos seus beneficiários uma via de entrada específica no sistema de ensino superior português, mas oferece também condições menos vantajosas relativamente aos estudantes nacionais.

Assim, este trabalho objetiva problematizar o EEI, procurando identificar desafios e estratégias mobilizadas pelos estudantes brasileiros em Portugal, para além de analisar o modo como estes interpretam este quadro formal. Confrontar isto com a visão dos gestores de instituições de ensino superior constitui-se como objetivo adicional.

Para cumprir estes desideratos foi realizada uma análise do EEI e efectuado um conjunto de entrevistas com estudantes brasileiros e gestores de diferentes instituições universitárias. Adicionalmente, procedeu-se a um levantamento bibliográfico acerca da migração internacional de estudantes, em especial de brasileiros do primeiro ciclo de estudo do ensino superior para Portugal, e ao tratamento de dados estatísticos sobre estes estudantes brasileiros.

Ainda são relativamente poucos os estudos que têm como foco as políticas de mobilidade estudantil envolvendo Portugal e o Brasil, apesar do incremento no número de investigações verificado nos últimos anos². Perante este quadro, embora a presente proposta não pretenda explorar toda a complexidade da internacionalização do ensino superior em Portugal, ao problematizar o EEI, a partir dos estudantes brasileiros, espera-se dar mais um contributo para o avanço do conhecimento acerca desta temática no domínio da literatura lusobrasileira.

¹ Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março. Estatuto do Estudante Internacional. Acesso em <https://www.dges.gov.pt/pt/content/decreto-lei-no-362014-de-10-de-marco-regula-o-estatuto-doestudante-internacional>.

² Fonseca - Horta 2011; Fonseca - Pereira - Iorio 2016; França - Alves - Padilla 2018; Iorio - Fonseca 2018.

2. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES

Diante de uma economia global cada vez mais marcada pela informação e tecnologia, marca das sociedades pós-industriais, a capacidade de atrair “cérebros” tem-se assumido como um desafio para alimentar os processos da geração de inovação e conhecimento³, desempenhando as Universidades um papel de relevo neste processo. A aposta de muitos países para aumentar sua capacidade de competição frente ao mercado internacional faz-se, em grande medida, através da promoção do acesso a educação superior, incluindo o incentivo à internacionalização deste nível de ensino⁴, tanto através da criação de programas para atração/retenção de estudantes estrangeiros quanto de programas de incentivo para o envio de estudantes para o exterior.

Segundo dados da OCDE⁵, o número de estudantes internacionais vem crescendo no mundo. Em 2000, registavam-se 2,1 milhões de pessoas a estudar em um país que não o da sua nacionalidade, passando este número para 4,3 milhões em 2011 (48% na Europa, 21% na América do Norte e 11,7% na Ásia). Em 2013, 39% dos alunos internacionais estavam concentrados nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Canadá. Entretanto, nos anos mais recentes os destinos escolhidos pelos estudantes internacionais têm ganho uma componente de diversificação⁶.

Ligações históricas e culturais entre países são fatores que também estão relacionados com a escolha do país de destino, tendo a proximidade cultural e linguística um grande relevo⁷. Um exemplo disto corresponde ao caso de Portugal e das relações geopolíticas que estabelece com as suas ex-colónias⁸, estando a ligação histórica e cultural entre os países lusófonos na base da sobrerrepresentação e do incremento dos estudantes com estas origens nas instituições de ensino superior portuguesas, o que corrobora o interesse implementação de políticas e ações que os assumem como alvo.

³ Hawthorne 2008.

⁴ Knight 2005; Suter - Jandl 2008; Guruz 2011.

⁵ OCDE 2013a; OCDE 2013b.

⁶ Bhandari - Blumenthal 2011; Alves 2015; Fonseca - Pereira - Iorio 2016.

⁷ Fonseca - Esteves - Iorio 2015.

⁸ Almeida 2008; Baganha 2009.

3. ESTUDANTES BRASILEIROS NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL E O ESTATUTO DO ESTUDANTE INTERNACIONAL: REPRESENTATIVIDADE, BARREIRAS E ASPIRAÇÕES

3.1. *Elementos metodológicos e fontes de informação*

Dentre as diferentes formas de mobilidade, as que têm por base motivos de estudo são consideradas atualmente as mais relevantes⁹, constituindo um tema de relevo nas discussões que envolvem migração, educação e política. A discussão aqui proposta entrecruza essas três dimensões a partir das perspectivas quantitativa e qualitativa, mobilizando variadas fontes de informação.

Em um primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico sujeito a análise textual. Este foi realizado em duas etapas: a primeira centrou-se nos materiais voltados a imigração internacional de estudantes na generalidade e, especificamente, sobre a mobilidade de estudantes estrangeiros em Portugal, com foco nos brasileiros; a segunda centrou-se na análise do Estatuto do Estudante Internacional (EEI) e no levantamento das políticas de atração/regulação de estudantes internacionais em Portugal e, também, nas políticas de incentivo ao envio de estudantes brasileiros para o exterior.

Na segunda fase, de natureza quantitativa, foi realizado o levantamento e tratamento estatístico de dados da Direcção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) referente à evolução do número de estudantes internacionais presentes em Portugal. Nesta fase, o marco temporal para a maior parte das análises realizadas corresponde ao período compreendido entre os anos letivos de 2000/2001 e 2017/2018. Para além de conhecer as principais proveniências dos estudantes internacionais em Portugal, o objetivo desta etapa consiste em fornecer a evolução do fluxo de estudantes internacionais, identificando os períodos de crescimento e inflexão e tentando buscar relações entre esses períodos e o desenvolvimento das políticas em Portugal e no Brasil.

Na terceira e última fase foram realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas: 13 com estudantes internacionais brasileiros matriculados em instituições de ensino superior em Portugal e duas com gestores de Instituições de ensino superior pertencentes a Universidade de Lisboa. Os alunos entrevistados, que responderam a questões sobre as suas motivações,

⁹ Bhandari - Blumenthal 2009.

percepção dos problemas e posicionamento relativamente ao EEI, eram provenientes das Universidades de Lisboa (ULisboa) (7 estudantes) e de Coimbra (UCoimbra) (6 estudantes), abrangendo cinco Escolas: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-ULisboa) (6 estudantes), Faculdade de Letras (FL-ULisboa) (1 estudante), Faculdade de Economia (EC-UCoimbra) (3 estudantes), Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT-UCoimbra) (1 estudante) e Faculdade de Letras (FL-UCoimbra) (2 estudantes).

Estas duas Universidades foram escolhidas em virtude de atraírem um grande número de estudantes brasileiros dentre aqueles que escolhem Portugal para realizar uma parte da sua formação superior. A seleção dos estudantes entrevistados foi efetuada através do método bola de neve, contando com alguns contatos iniciais fornecidos pela Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra (APEB-Coimbra). As entrevistas foram realizadas pessoalmente e via *Skype* no mês de outubro de 2018.

3.2. O Estatuto do Estudante Internacional (EEI)

O Estatuto do Estudante Internacional (EEI) foi criado em Portugal pelo Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março com o objetivo de definir diretrizes para os alunos não nacionais e não comunitários, dentro de um quadro de estratégia de internacionalização do ensino superior português.

O estudante internacional é definido pelo EEI como aquele que “[...] não tem a nacionalidade portuguesa” (artigo 2.º Decreto-Lei n.º 36/2014)¹⁰. Contudo, esta definição não se aplica (i) aos nacionais membros da União Europeia; (ii) aqueles que residam legalmente em Portugal há mais de dois anos, cuja permanência não tenha sofrido interrupção e não esteja vinculada a uma autorização de residência para estudo, independente da nacionalidade; (iii) aos alunos que ingressam no ensino superior português através de regimes especiais de acesso e ingresso regulado pelo Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro¹¹, que apoia o desporto de alto rendimento, (iv) aos alunos que estejam em uma instituição portuguesa sob o regime de um programa de intercâmbio ou mobilidade internacional para realização de parte do ciclo de estudos, quando provenientes de instituições que possuem acordos bilaterais com Portugal para este fim.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março. Estatuto do Estudante Internacional, <https://www.dges.gov.pt/pt/content/decreto-lei-no-362014-de-10-de-marco-regula-o-estatuto-do-estudante-internacional>.

¹¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro.

Dois pilares justificam a aplicação do EEI nas Instituições de ensino portuguesas: de um lado o interesse em captar alunos internacionais, como um meio para a aumentar a utilização da capacidade instalada; do outro regular uma nova fonte de geração de receitas trazendo impactos positivos para a economia portuguesa. Se por um lado essas justificativas apresentam vantagens para o país de acolhimento, por outro introduzem condições que não parecem tão vantajosas para os alunos internacionais.

No que diz respeito às exigências colocadas, as condições de acesso solicitadas aos alunos internacionais não diferem sobremaneira daquelas gozadas pelos alunos nacionais, cabendo a cada instituição de ensino decidir (i) sobre a forma de avaliação a que os alunos internacionais deverão se submeter para o ingresso, (ii) os termos em que devem apresentar o interesse na candidatura, quanto a matrícula e inscrição, e, por fim, (iii) os valores pagos pelos estudantes internacionais referentes a candidatura e propinas de matrícula e anual referente ao ciclo de estudo. Contudo, a condição imposta pelo EEI que mais impacta os estudantes internacionais, diz respeito ao valor das propinas. O artigo 9.º do EEI explicita que as propinas: (i) são definidas pelo órgão legal de cada instituição de ensino superior pública; (ii) o valor da propina deve ser definido tendo em consideração o custo real da formação, tomando como referência os valores cobrados em outras instituições de ensino superior portuguesas e estrangeiras; e (iii) o valor das propinas não pode ser maior do que o correspondente à propina máxima fixada por lei para o ciclo de estudo.

Tendo por base a Universidade de Lisboa, atualmente a maior Universidade de Portugal, que recebe anualmente cerca de 6.900 estudantes internacionais, os quais representam 14,5% do total dos alunos da referida Universidade, a propina referente ao primeiro ciclo de estudo é fixada, pelos Serviços Centrais da Reitoria, em igual valor para todos os cursos, enquanto os valores para os ciclos de mestrado e doutoramento diferem entre escolas. No corrente ano letivo 2018/2019 foi definido o valor de 1.063,47 euros para a propina de todos os cursos de licenciatura da Universidade de Lisboa, o que é idêntico ao estabelecido no ano letivo anterior.

Ao analisar os valores das propinas estabelecidos pelas Escolas da Universidade de Lisboa, para o ano letivo 2017/2018, referentes aos cursos de licenciatura e mestrado integrado, constata-se que aqueles podem chegar a ser dez vezes mais elevados para um estudante internacional que tenha optado pelos cursos da área da saúde como medicina (12.000 euros/ano), medicina veterinária (12.500 euros/ano) e medicina dentária (12.500 euros/ano) (*Tab. 1*).

Tabela 1. – Propina para os estudantes nacionais e internacionais de Licenciatura e Mestrado Integrado da Universidade de Lisboa, ano letivo 2017/2018 (Universidade de Lisboa 2018).

ESCOLAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	CURSOS	PROPINAS ALUNOS NACIONAIS (EUROS) 2017/2018	PROPINAS ESTUDANTES INTERNACIONAIS (EUROS) 2017/2018
Faculdade de Arquitetura		1.063,47	7.000
Faculdade de Belas Artes		1.063,47	3.500
Faculdade de Ciência		1.063,47	7.000
Faculdade de Direito		1.063,47	3.000
Faculdade de Farmácia		1.063,47	7.000
Faculdade de Letras		1.063,47	4.000
Faculdade de Medicina		1.063,47	12.000
Faculdade de Medicina Dentária	Mestrado Integrado em Medicina Dentária	1.063,47	12.500
	Licenciatura em Higiene Oral	1.063,47	7.000
	Licenciatura em Prótese Dentária	1.063,47	7.000
Faculdade de Medicina Veterinária		1.063,47	12.500
Faculdade de Motricidade Humana		1.063,47	7.000
Faculdade de Psicologia		1.063,47	5.000
Instituto de Educação		1.063,47	3.500
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território		1.063,47	6.000
Instituto Superior de Agronomia		1.063,47	6.000
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas		1.063,47	3.500
Instituto Superior de Economia e Gestão		1.063,47	4.500
Instituto Superior Técnico		1.063,47	7.000

Ademais, além da diferenciação nos valores da propina estabelecidos para os estudantes portugueses/comunitários e internacionais, acrescenta-se que estes últimos não são considerados no cálculo do financiamento das instituições de ensino superior público, nem podem beneficiar de acção social direta por parte do Estado português (artigos 10.º e 11.º do EEI).

Ao focar a análise especificamente nos estudantes internacionais brasileiros, levantam-se algumas questões relativamente ao acordo de reciprocidade assinado e válido entre o Brasil e Portugal, nomeadamente, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (TACC), celebrado em 2000, pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 28 de setembro (Regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho). Com base no TACC, manifestações contra os valores diferenciais das propinas para brasileiros em instituições de ensino superior portuguesas têm sido levadas a cabo, principalmente lideradas pela Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros-Coimbra (APEB), mas sem sucesso.

3.3. *A internacionalização do ensino superior em Portugal e os estudantes brasileiros*

Portugal não está entre os países mundiais mais atrativos para estudantes que desejam realizar ou complementar parte de sua formação superior fora do seu país de origem. No ano de 2010, os alunos internacionais no conjunto dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico) somavam 2,6 milhões e Portugal retinha 11 mil deste total.

Contudo, ao analisar a série de dezoito anos do século XXI verificamos que o número de estudantes sem nacionalidade portuguesa, inscritos no ensino superior português, tem aumentado de forma considerável, apesar de ocorrerem algumas quebras ao longo do referido período (*Tab. 2*).

Como se nota, o número total de estudantes estrangeiros no ensino superior em Portugal passou de quase 13 mil no ano letivo 2000/2001 para aproximadamente 44.500 estudantes em 2017/2018, com apenas dois momentos de decréscimo nos anos letivos de 2003/2004 e 2008/2009.

O avanço da internacionalização do ensino superior em Portugal tem sido realizado a partir de orientações comunitárias, esforços das instituições de ensino para atrair estudantes e cooperação com países da CPLP¹², o que tem propiciado a diversificação das origens geográficas dos estudantes com nacionalidade estrangeira. Em Portugal esta diversificação geográfi-

¹² Fonseca - Hortas 2011.

ca está intimamente relacionada com as afinidades culturais, linguísticas e históricas, entre Portugal e países do continente Africano, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, e Sul-Americanos, com destaque para o Brasil, representando os alunos oriundos dos Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), 75% dos estudantes estrangeiros em Portugal no ano letivo 2006/2007. Efetivamente, o espaço lusófono esteve na base do crescimento da migração internacional de estudantes para Portugal no primeiro decénio do presente século¹³.

Tabela 2. – Taxa de variação do número de estudantes com nacionalidade estrangeira inscritos no ensino superior em Portugal (2000/2001-2017/2018) (Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018).

ANO LECTIVO	N	VARIAÇÃO (%)
2000/2001	12.717	
2001/2002	15.692	23,4
2002/2003	18.760	19,6
2003/2004	16.155	-13,9
2004/2005	17.010	5,3
2005/2006	17.077	0,4
2006/2007	17.950	5,1
2007/2008	18.584	3,5
2008/2009	17.900	-3,7
2009/2010	19.223	7,4
2010/2011	21.824	13,5
2011/2012	28.363	30,0
2012/2013	30.472	7,4
2013/2014	32.811	7,7
2014/2015	33.148	1,0
2015/2016	37.435	12,9
2016/2017	42.021	12,3
2017/2018	44.485	5,9

¹³ Peixoto 2007; Baganha 2009.

Os estudantes provenientes de Angola e Cabo Verde foram entre os anos letivos 2000/2001 a 2008/2009 aqueles com mais representatividade no conjunto dos estudantes com nacionalidade estrangeira no ensino superior em Portugal, sendo a primeira posição ocupada por Angola, até ser ultrapassada pelo Brasil no ano letivo 2008/2009 (*Fig. 1*). Esta redução dos estudantes provenientes dos países africanos pode estar associada à abertura de novas Universidades em alguns daqueles países entre 2006 e 2010.

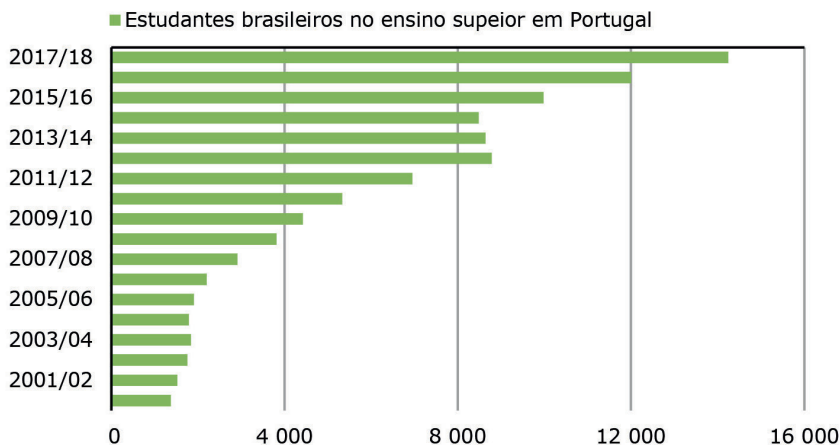


Figura 1. – Número total de estudantes pertencentes a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa inscritos no ensino superior em Portugal (2000/2001-2017/2018) (Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018).

A escolha de Universidades portuguesas por parte dos estudantes brasileiros intensificou-se no decorrer do século XXI. No ano letivo 2017/2018, estavam inscritos no ensino superior português 14.245 estudantes internacionais com nacionalidade brasileira, correspondendo este valor a apenas 1.375 alunos no ano letivo 2000/01. Em 2017/2018, os brasileiros representavam pouco mais de 30% dos estudantes com nacionalidade estrangeira no ensino superior em Portugal.

A representatividade dos estudantes brasileiros, no conjunto dos estudantes estrangeiros em Portugal, é crescente entre 2000/2001 e 2016/2017, ainda que apresente reduções em alguns anos letivos, nomeadamente em 2004/2005, 2013/2014 e 2014/2015, períodos em que o número de brasileiros revela um decréscimo (*Fig. 2*).

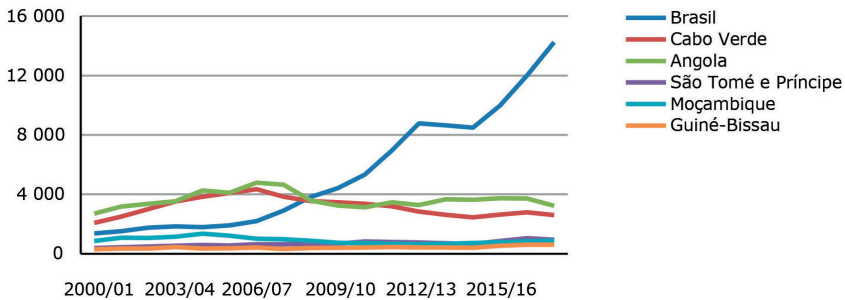


Figura 2. – Estudantes brasileiros inscritos no ensino superior em Portugal (2000/2001-2017/2018) (Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018).

Este aumento no número de brasileiros que escolheram fazer sua formação superior ou parte dela em uma universidade portuguesa, deve-se, entre outras razões, ao incremento de incentivos e programas governamentais brasileiros de atribuição de bolsas, de que é exemplo o Ciências Sem Fronteiras, criado em 2011, sobretudo para os alunos do primeiro ciclo do ensino superior. Este Programa beneficiou aproximadamente 104 mil alunos, sendo 78,9 mil bolsas destinadas aos alunos de licenciatura na modalidade “graduação sanduíche no exterior” (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Portugal foi um dos principais destinos selecionados pelos estudantes brasileiros, até à sua retirada da lista de países passíveis de serem escolhidos, pelo Ministro da Educação Aluísio Mercadante, em 2013. Este fator pode explicar o decréscimo no número de estudantes brasileiros observado nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015.

No que respeita ao nível de formação escolhido pelos estudantes brasileiros, o primeiro e o segundo ciclos, que correspondem aos graus de licenciado e mestre, respectivamente, são aqueles que concentram o maior número de alunos, tendo chegado a acolher aproximadamente 80% daqueles no ano letivo 2012/2013 (Tab. 3).

Contudo, a tendência recente tem sido um maior crescimento da procura pela formação ao nível do mestrado, quando comparada com a evolução da procura de cursos de doutoramento por parte dos estudantes brasileiros (após uma queda de 2011/2012 para 2012/2013, o crescimento do número de estudantes de doutoramento brasileiros tem sido contínuo).

Tabela 3. – Estudantes brasileiros inscritos no ensino superior em Portugal, por nível de ensino (Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018).

	2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Licenciatura 1.º ciclo	3.191	36,9	4.230	48,1	3.816	44,2	3.306	39,0	3.631	36,4	4.175	34,8
Mestrado integrado + 2.º ciclo	2.305	26,6	2.780	31,6	2.569	29,7	2.537	29,9	3.377	33,8	4.530	37,7
Doutoramento	3.106	35,9	1.726	19,6	2.165	25,1	2.557	30,1	2.832	28,4	3.052	25,4
Outros	56	0,6	51	0,6	91	1,1	86	1,0	140	1,4	248	2,1
Total	8.658	100	8.787	100	8.641	100	8.486	100	9.980	100	12.005	100

3.4. *Estudantes internacionais brasileiros e gestores institucionais:
como se posicionam frente ao Estatuto do Estudante Internacional?*

Como vimos, Portugal vem se mantendo como um importante destino para os estudantes brasileiros que buscam realizar parte de sua formação superior fora do Brasil. Muitas são as motivações que levam estes estudantes a optarem pelo destino luso, sendo muitas destas espoletadas pelas estratégias levadas a cabo pelas instituições portuguesas – estudo dos preços das propinas em Universidades privadas no Brasil, participação em feiras, esforço de penetração em escolas secundárias, criação de propaganda direcionada ao público do Brasil.

A estratégia que utilizamos é por um lado através do *Facebook*, do *site*, dos contatos que nós temos com outras Universidades e que tentamos dinamizar através da investigação e participação em feiras. O Brasil é um mercado importante pela sua extensão. Utilizamos também contatos de antigos alunos. Tem um custo, mas tem um retorno. (Presidente do IGOT-ULisboa, outubro 2018)

Tem sido sobretudo através da parceria com a Edu Portugal. Neste momento o que fazem é produzir feiras e representar os seus clientes. E vão também às Escolas secundárias privadas onde estão as pessoas com mais dinheiro e potencial para virem para Portugal estudar. (Presidente da Faculdade de Psicologia da ULisboa, outubro 2018)

Quanto às razões para a escolha de Portugal para realizar parte da formação superior, os estudantes apontaram: valor mais barato ou equivalente entre as instituições portuguesas e as privadas no Brasil, a proximidade cultural, a língua, o momento político brasileiro e considerarem Portugal como uma “porta de entrada” para o resto da Europa.

No que respeita ao conhecimento acerca do Estatuto do Estudante Internacional (EEI) e as condições impostas pelo mesmo, a quase totalidade dos estudantes declararam saber de sua existência. Estes entrevistados que afirmaram conhecer o EEI e o valor que pagariam de propina, disseram que o conheceram através dos respectivos *sites* das Faculdades/Universidades ainda no Brasil. Assim, a pergunta sobre terem pensado em desistir de realizar uma formação superior em Portugal em função das condições do EEI não teve respostas negativas. Contudo, constata-se que dos entrevistados que responderam que souberam o preço da propina ainda no Brasil, três deles relataram que só tiveram conhecimento da existência de uma diferença em relação aos nacionais e comunitários já em Portugal, no convívio com outros colegas brasileiros e portugueses.

Contudo, vale sublinhar que embora os estudantes brasileiros entrevistados, em sua maioria, conhecessem a diferença no valor das propinas, esta foi mais sentida por eles durante a sua vivência em Portugal.

No começo essa diferença não me incomodava muito, porque, querendo ou não, somos estrangeiros. O que me incomodou foi saber que outras universidades pagam menos. Porque no Porto paga-se menos? Isso que me incomodou realmente. (Estudante licenciatura Economia, UCoimbra, 19 anos, chegada em Portugal 2017)

E soube da diferença ainda no Brasil pelo edital no site da Universidade de Coimbra. Mas na altura era o preço que eu pagava na privada. Mas hoje quando vi a situação toda e o euro chegar a 5 vezes mais que o real. E estando aqui a gente se sente como um estudante nacional. E por quê tenho que pagar mais? (Estudante licenciatura Economia, UCoimbra, 24 anos, chegada em Portugal 2015)

Embora os estudantes internacionais brasileiros não tenham pensado em desistir da realização de parte de sua formação superior em Portugal, declaram, com exceção de três casos, considerar o EEI desestimulante à atração de estudantes brasileiros internacionais. Esta posição é sublinhada de modo mais veemente pelos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra, provavelmente em virtude das propinas praticadas registarem a maior diferença face aos nacionais, no conjunto das Universidades portuguesas.

Não é desestimulante para vir, mas para permanecer. Não são todos os alunos internacionais que pagam os mesmos preços. Eu sei que Moçambique e Angola pagam os mesmos valores que os portugueses e quando há uma diferença acaba te deixando triste. Estudantes chineses pagam 9 mil euros. E você se pergunta se a Universidade quer que tu estudes ou se só quer lucrar contigo. E isso desestimula muito. (Estudante no Mestrado Integrado Arquitetura, UCoimbra, 19 anos, chegada em Portugal 2017)

Sim, acho que desestimula. Mas os brasileiros se sentem atraídos por Coimbra. Mas para quem faz carreira pública no Brasil isso aqui é muito caro. E acaba vindo aqueles que têm mais dinheiro e não os melhores. Ano passado passaram 16 e só vieram 4. E esse ano para o meu curso vieram menos. (Estudante licenciatura Jornalismo e Comunicação, UCoimbra, 20 anos, chegada em Portugal 2017)

Ademais, embora os estudantes internacionais brasileiros não tivessem pensado em desistir da formação superior em Portugal, sobretudo, por serem, em sua maioria, dependentes dos pais e estes decidirem sobre a possibilidade de permanência ou não dos seus dependentes em Portugal, os ele-

vados valores das propinas impactam no quotidiano de alguns estudantes, conduzindo a mudanças de vida com o objectivo de os minimizar.

Eu me inscrevi como aluno em regime parcial, assim eu curso apenas 50% dos créditos, que correspondem a três disciplinas, e pago 60% do valor cobrado a um estudante brasileiro internacional. A informação não é muito explícita no site, mas procurando encontra. (Estudante no MOTU-IGOT-UL, 28 anos, chegada em Portugal 2018)

No geral ainda está tudo bem. Conversei com meu pai e ainda dá. Mas eu estou pensando em tirar a cidadania italiana. Minha avó era italiana e eu tenho direito. Se eu reverter isso pelo menos para o último ano já vai compensar. (Estudante licenciatura Economia, UCoimbra, 19 anos, chegada em Portugal 2017)

Ainda que no geral, a maioria dos estudantes tivessem apresentado posicionamentos alinhados em grande parte das respostas à entrevista, quando perguntados sobre ser justificada a diferença no valor das propinas entre estudantes internacionais e nacionais/europeus e se consideravam justo o valor que pagam, as posições foram mais divergentes: há estudantes que consideram as diferenças impostas pelo EEI injustificadas e o valor pago injusto (5 estudantes); há os estudantes que consideram a diferença justificada e o valor pago como justo (2 estudantes); há também aqueles que consideram a diferença justificada, mas o valor atualmente pago injusto (4 estudantes), e, finalmente, aqueles que declaram não ter opinião sobre este assunto (2 estudantes).

Não, com certeza não acho justo. E acho que as propinas deveriam ser asseguradas pelo Orçamento de Estado, inclusive para os estudantes nacionais. Se a gente levar em conta o Estatuto de Igualdade e Direitos entre Brasil e Portugal, esses sete mil euros por ano que pagamos pode ser considerado anticonstitucional. (Estudante licenciatura Economia, UCoimbra, 20 anos, chegada em Portugal 2015)

Até que acho justo porque sendo pública [referindo-se à ULisboa] é financiada pelos impostos pagos pelos portugueses. Acho justo quem é daqui pagar uma taxa menor do que uma pessoa de fora. E sendo a taxa aqui [referindo-se ao IGOT] mais barata comparada com outras Universidades eu acho justo. (Estudante no Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo-IGOT-UL, 27 anos, chegada em Portugal 2018)

Neste quesito, a posição dos gestores entrevistados pareceu alinhada quanto à necessidade de aplicação do EEI, em virtude da não cobertura do custo de um aluno internacional por parte do Governo português, como pode

ser observado na declaração do Presidente da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa,

Acho justo que os estudantes internacionais paguem mais. E se me perguntasse se eu gostaria que os estudantes europeus pagassem mais, eu também diria que sim. Mas acho justo porque isso tem a ver com os acordos entre os Estados membros. O mesmo não acontece com os países extracomunitários porque as propinas são apenas uma parte do custo de formação. E não vejo razão para que o orçamento de Estado esteja a financiar alunos que não pertençam a União Europeia. (Presidente da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, outubro 2018)

Por fim, diante do quadro apresentado, os estudantes quando perguntados sobre o desejo de permanecer em Portugal apresentaram diferentes projetos de mobilidade.

Penso em ficar até me formar e máximo o mestrado. Mas não desejo muito mais do que isso. (Estudante licenciatura Economia, UCoimbra, 20 anos, chegada em Portugal 2015)

Não pretendo regressar para o Brasil e nem ficar em Portugal. Ir para um país onde tenha mais oportunidade para arquiteto, França ou Alemanha. (Estudante no Mestrado Integrado Arquitetura, UCoimbra, 19 anos, chegada em Portugal 2017)

Ficou evidenciado que o valor da propina pago pelos estudantes entrevistados não pareceu ter influência sobre os seus “projetos de mobilidade”, mesmo entre aqueles que declararam desejar regressar para o Brasil. O fato dos estudantes conhecerem o custo das propinas no ato da inscrição, ou seja, ainda quando estavam no Brasil, parece ter permitido um planejamento financeiro que garante a permanência dos estudantes em Portugal e a finalização dos seus percursos acadêmicos, ainda que o valor pago associado aos custos da habitação, alimentação e lazer exijam, com frequência, estratégias para a prossecução de um quotidiano com um custo mais baixo.

4. NOTAS CONCLUSIVAS

Apesar de Portugal ter se lançado tardiamente na corrida da internacionalização do seu ensino superior, o país tem registado um aumento continuado no número de estudantes com nacionalidade estrangeira, sobretudo desde o ano letivo de 2008/2009. Neste quadro, é evidente o protagonismo que vêm apresentando os estudantes internacionais com nacionalidade brasilei-

ra, principalmente a partir do ano letivo 2008/09, quando ultrapassaram os estudantes provenientes dos PALOP, principal grupo até aquele momento.

O capital linguístico, com pilar na língua portuguesa, e os laços históricos-culturais são utilizados como suporte para a implementação de estratégias de atração por parte das Instituições Académicas Lusas, constituindo-se como dois dos principais fatores considerados pelos estudantes brasileiros quando escolhem uma instituição de ensino portuguesa para realizar sua formação superior.

Contudo, os estudantes com estatuto internacional são regulados pelo Estatuto do Estudante Internacional, o qual corresponde a uma via específica para aceder ao ensino superior português mas implica um incremento substancial no valor das propinas que estes pagam. Isto tem impacto na permanência dos estudantes, tornando o seu quotidiano mais difícil, mas não tem uma relação direta com o desejo de voltar para o Brasil ou abandonar os projetos de estudo em Portugal. Constata-se que o principal impacto do Estatuto do Estudante Internacional para os alunos brasileiros se reflete nas necessidades de reduzir custos, acionar mecanismos formais que permitem reduzir o custo das propinas e dividir o tempo de estudo com trabalho. Há ainda um grupo significativo destes que considera injusta a sua aplicação, sobretudo quando o valor das propinas excede várias vezes aquele que é pago pelos estudantes portugueses/comunitários, violando, de algum modo, o princípio formal de igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- | | |
|----------------------------|--|
| Almeida 2008 | M.V. Almeida, “O Complexo Colonial Português”, <i>Jornal Hoje Macau Outubro</i> 31 (2008), 10-11. |
| Alves 2015 | E. Alves, <i>Estudantes internacionais no ensino superior português. Motivações, expectativas, acolhimento e desempenho</i> , Lisboa, Alto-Comissariado para as Migrações-IP, 2015. |
| Baganha 2009 | M.I. Baganha, “The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends”, <i>International Migration</i> 47 (2009), 5-20. |
| Bhandari - Blumenthal 2009 | R. Bhandari - P. Blumenthal, “Global Student Mobility: Moving towards Brain Exchange”, in R. Bhandari - S. Laughlin (Eds.), <i>Higher Education on the Move: New Developments in Global Mobility</i> , New York, Institute of International Education, 2009. |

- Bhandari - Blumenthal 2011 R. Bhandari - P. Blumenthal, "Global Student Mobility and the Twenty-First Century Silk Road: National Trends and New Directions", in R. Bhandari - P. Blumenthal (Eds.), *International Students and Global Mobility in Higher Education: National Trends and New Directions*, New York, Palgrave Macmillan, 2011, 1-23.
- Fonseca - Esteves - Iorio 2015 M.L. Fonseca - A. Esteves - J. Iorio, "Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. Os alunos universitários brasileiros em Portugal", in J. Peixoto - B. Padilla - J.C. Marques - P. Góis (Orgs.), *Vagas atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, 2015, 149-175.
- Fonseca - Hortas 2011 M.L. Fonseca - M.J. Hortas, "International Students in Portugal", *Canadian Diversity / Diversité Canadienne* 8 (2011), 98-104.
- Fonseca - Pereira - Iorio 2016 M.L. Fonseca - S. Pereira - J. Iorio, "International Mobility of Brazilian Students in Portugal: The Role of the Brazilian Government and University Strategies in Portugal", in J. Domínguez-Mujica (Ed.), *Global Change and Human Mobility*, Singapore, Springer, 2016, 265-284.
- França - Alves - Padilla 2018 T. França - E. Alves - B. Padilla, "Portuguese Policies Fostering International Student Mobility: A Colonial Legacy or a New Strategy?", *Globalisation, Societies and Education* 16 (2018), 325-338.
- Gürüz 2011² K. Gürüz, *Higher Education and International Student Mobility in the Global Knowledge Economy*, Albany, State University of New York Press, 2011².
- Hawthorne 2008 L. Hawthorne, *The Growing Global Demand for Students as Skilled Migrants*, Washington (DC), Migration Policy Group, 2008.
- Iorio - Fonseca 2018 J. Iorio - M.L. Fonseca, "Estudantes brasileiros no ensino superior português. Construção do projeto migratório e intenções de mobilidade futura", *Finisterra Revista Portuguesa de Geografia* 53 (2018), 3-20.
- Knight 2005 J. Knight, "An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges", in H. de Wit - I.C. Jaramillo - J. Gacel-Ávila - J. Knight (Eds.), *Higher Education in Latin America: The International Dimension*, Washington (DC), The World Bank, 1-38.

- OECD 2013a OECD, *Education at a Glance 2013: OECD Indicators*, Paris, OECD Publishing, 2013.
- OECD 2013b OECD, *International Migration Outlook 2013*, Paris, OECD Publishing, 2013.
- Peixoto 2007 J. Peixoto, “Tráfico, contrabando e imigração irregular. Os novos contornos da imigração brasileira em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 53 (2007), 71-90.
- Suter - Jandl 2008 B. Suter - M. Jandl, “Train and Retain: National and Regional Policies to Promote the Settlement of Foreign Graduates in Knowledge Economies”, *Journal of International Migration and Integration* 9 (2008), 401-418.

Sitografia

Estatuto do Estudante Internacional, <https://www.dges.gov.pt/pt/content/decreto-lei-no-362014-de-10-de-marco-regula-o-estatuto-do-estudante-internacional>. Acesso em 02 de maio 2018.

